BOLETIM DE GEOGRAFIA
ISSN: 2176-4786 | DGE - EDUEM - UEM | http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/index
DOI: https://doi.org/10.4025/bolgeogr.v42.a2024.e69614 | Submissão: 14-09-2023 | Aceite: 07-08-2024

As casas tradicionais de madeira e a produção do espaço em Curitiba-PR (2001-2023)

Traditional wooden houses and the production of space in Curitiba-PR (2001-2023)

Núbia Parol
Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil
nubiaparol@gmail.com
https://orcid.org/0009-0003-2671-4570

RESUMO

A proposta deste estudo é compreender a transformação do espaço urbano de Curitiba-PR, com ênfase nas casas de arquitetura tradicional em madeira. O Código de Posturas de 1919, instrumento legislativo que definiu as normas de uso do solo na cidade, contribuiu para a produção de uma paisagem moldada pela segregação, na qual as casas de madeira integraram um âmbito de exclusão devido ao material construtivo. A partir de amostragens, foi possível constatar que nas últimas décadas, a produção do espaço urbano em Curitiba atrelou-se a uma lógica mercantil e especulativa, evidenciada nos vazios urbanos, isto é, terrenos subutilizados que substituem, paulatinamente, as casas tradicionais. Neste sentido, embasando-se no método regressivo-progressivo proposto por Henri Lefebvre — que preconiza o regresso a condições pretéritas como ferramenta capaz de proporcionar a decodificação de configurações materiais impressas no espaço geográfico do presente — este trabalho busca compreender, a partir das casas tradicionais, a transformação da paisagem urbana de Curitiba entre 2001-2023.

Palavras-chave: Transformação da Paisagem; Casas Tradicionais de Madeira; Código de Posturas; Vazios Urbanos.

ABSTRACT

The purpose of this study is to understand the transformation of urban space in Curitiba-PR, with an emphasis on traditional wooden houses. The 1919 Code of Ordinances, a legislative instrument that defined the rules of land use in the city, contributed to the production of a landscape shaped by segregation, in which wooden houses were excluded due to their construction material. Sampling showed that in recent decades, the production of urban space in Curitiba has been linked to a mercantile and speculative logic, evidenced in urban voids, i.e. underutilized land that is gradually replacing traditional houses. In this sense, based on the regressive-progressive method proposed by Henri Lefebvre - which advocates returning to past conditions as a tool capable of decoding material configurations imprinted on the geographic space of the present - this work seeks to understand, from traditional houses, the transformation of Curitiba's urban landscape between 2001-2023.

Keywords: Landscape Transformation; Traditional Wooden Houses; Building Codes; Urban Voids.

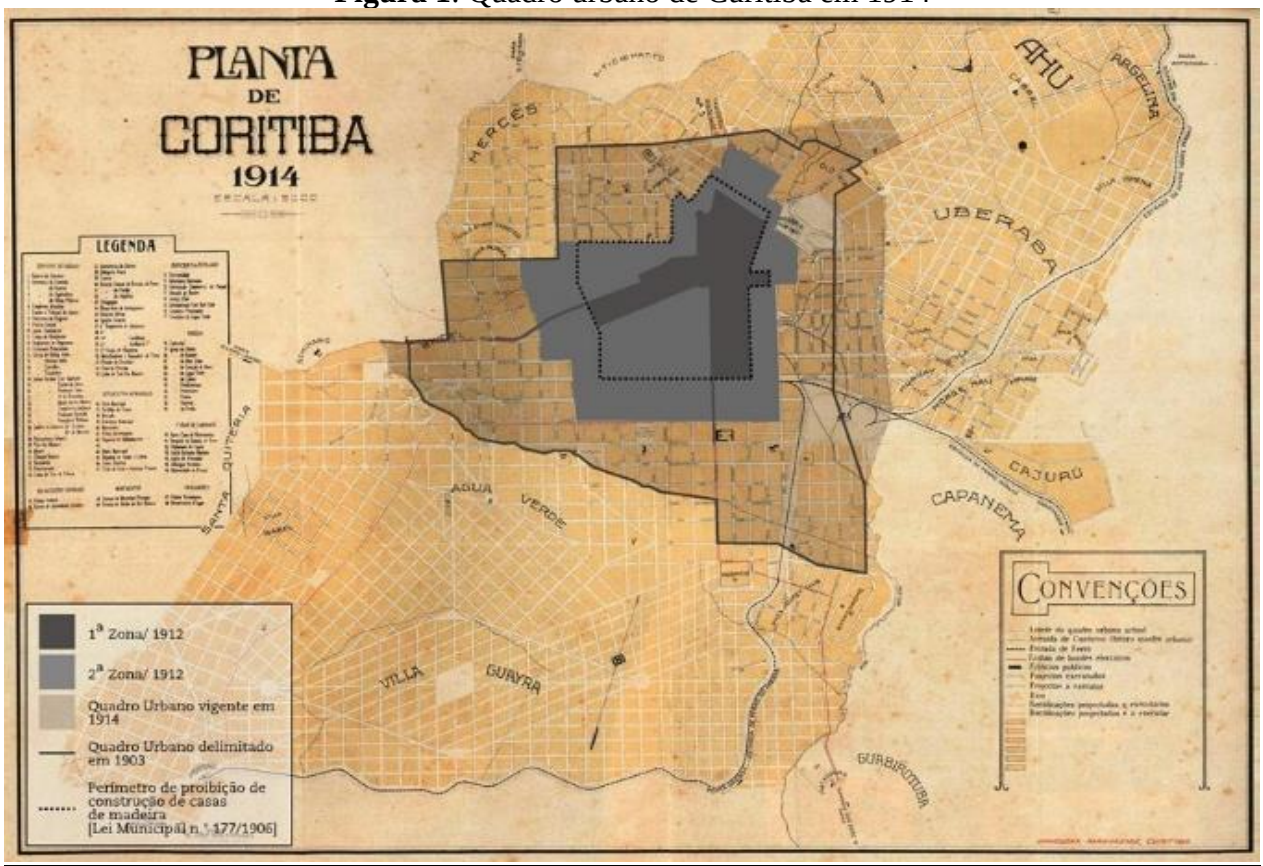
1. INTRODUÇÃO

As casas tradicionais construídas em madeira permeiam a paisagem de Curitiba-PR desde as primeiras décadas do século XX, devido à abundância da *Araucária angustifólia*, popularmente designada como "pinheiro do Paraná". Além disso, o advento de serrarias a vapor no final do século XIX padronizou o corte de tábuas em 30 centímetros de largura, possibilitando o alastramento das construções de madeira, em razão do preço acessível do material (BERRIEL, 2011). A confluência destas circunstâncias contribuiu para a difusão do referido padrão construtivo em toda a região Sul do Brasil, não se restringindo, portanto, somente a capital paranaense.

O conceito casa tradicional é utilizado pelos arquitetos Batista (2007) e Dudeque (2001), em referência ao padrão construtivo de tábuas verticais e mata-juntas. Apesar da popularidade das respectivas construções, ao longo do século XX o poder municipal de Curitiba (2024a; 2024b) – por intermédio de leis instituídas a partir de 1906 e posteriormente através do Código de Posturas de 1919 – restringiu onde tais edificações poderiam ser erigidas empurrando-as para os arrabaldes afastados das áreas centrais. Nesse sentido, Correa (1989, p. 68) aponta que a localização próxima "ao centro da cidade constituía uma necessidade para a elite porque ali se localizavam as mais importantes instituições urbanas: o governo, através do palácio, a Igreja, as instituições financeiras e o comércio a longa distância".

A ação da municipalidade em determinar, a partir de medidas legais, onde e como as residências em questão deveriam ser erigidas, produziu "espacialmente uma morfologia estratificada hierarquizada enquanto imbricação de espaços dominados-dominantes, como consequência da hierarquia social" (CARLOS, 2007, p. 33). Nesse aspecto, a **(Figura 1)** ilustra os principais espaços destinados à modernização promovida pela ação municipal e as áreas nas quais edificações em madeira não seriam toleradas.

Figura 1: Quadro urbano de Curitiba em 1914



Fonte: Memória Urbana (2023), Planta de Curityba - 1901, apresentada pelo Almanach Paranaense para o ano de 1900, e Curitiba (2024a), Lei Municipal n.º 117/1903.

Na Planta de Curitiba de 1914, a área delimitada pelo traçado cinza denota o quadro urbano da cidade, definido pela Lei Municipal n.º 117 de 1903. O zoneamento estabelecido em 1912 reafirmou a primeira zona (demarcada no cartograma em cinza-escuro) como perímetro destinado à sofisticação e embelezamento. A proibição de edificações em madeira, referente a Lei Municipal n.º 177° de 1906, é mantida nas ruas: Sete de Setembro, Brigadeiro Franco, Saldanha Marinho, Desembargador Ermelino Leão, América, Quinze de Novembro e Marechal Deodoro. Para Benkendorf (1989), o quadro urbano:

> (...) foi constituído em 3 zonas sob a forma de anéis concêntricos dividindo parcialmente a cidade entre ricos e pobres. A 1ª zona era constituída pelas áreas centrais de Curitiba, com exceção da av. Batel e da rua João Gualberto, consideradas como residenciais. A 2ª zona e a 3ª zona obedeciam ao mesmo sentido anelar, alargando-se cada vez mais para a periferia da cidade. (...) A 1ª zona era a que tinha melhores condições em todos os sentidos (BENKENDORF,1989, p.77).

Por questões de "higiene", a construção de fachadas edificadas em madeira, contíguas às ruas, foi proibida nas áreas delimitadas dentro do quadro urbano a partir de 1909 (Curitiba 2024c, Lei Municipal n.º 245). Argumentações embasadas em pretensas preocupações de higiene atravessavam o discurso do urbanismo e foram utilizadas como álibi para a proibição de edificações que a municipalidade considerava retrógradas. De acordo com Choay (2003), é possível constatar ainda no século XIX que através da capitalização da propriedade da terra, o espaço foi inserido no processo de produção e reprodução do capital, produzindo segregação e hierarquização por intermédio da expulsão dos trabalhadores dos centros das cidades, sob a justificativa de correções urbanísticas, higienização, embelezamento, funcionalidade e racionalização, demarcando a gênese do urbanismo.

Na 2ª zona da cidade (áreas delimitadas no mapa em cinza-claro), as casas de madeira poderiam ser construídas com a condição de se situarem fora do limite estabelecido pela linha pontilhada. Nestas circunstâncias, seriam toleradas, desde que ficassem afastadas ao menos cinco metros em relação ao alinhamento predial da rua, enquanto as laterais exigiam recuo mínimo de dois metros. Quanto às casas construídas na 3ª zona da cidade (área que compreende os limites da 2 ª zona e do quadro urbano, delimitada por tênue sombreado cinza) as exigências eram basicamente as mesmas impostas para a 2ª zona, com exceção das paredes internas e externas que poderiam ser revestidas com cal. No entanto, as janelas, portas e lambrequins[1], deveriam obrigatoriamente ser pintados a óleo.

A partir da Lei n.º 477, de 1917, as casas de madeira edificadas até um quilômetro fora do quadro urbano, deveriam submeter projetos arquitetônicos à aprovação da planta pela Prefeitura e seguir determinações de recuo e alinhamento. As edificações erigidas além da margem de um quilômetro do quadro urbano estavam isentas da submissão de projetos arquitetônicos e respectivas condições de alinhamento. No entanto, dois anos depois, indicando maior controle da municipalidade, o Art.48 das Posturas de 1919 definiu que qualquer construção ou reconstrução, inclusive as de madeira pertencentes a 3ª zona e aos arrabaldes (perímetro fora da 3ª zona urbana), deveriam submeter os projetos para aprovação da Prefeitura por intermédio da Diretoria de Obras.

A existência de lambrequins em edificações dispersas por Curitiba, é envolta por uma névoa mística que atribui a usualidade do artefato às etnias eslavas, sobretudo aos poloneses. No entanto, historicamente o uso dos lambrequins foi uma imposição da Lei Municipal n.º 413, sancionada em 1914 e posteriormente endossada pelo Código de Posturas de 1919. O art. 6º da referida legislação de 1914 postulava que: "Sejam as abas do telhado (*excepto* as dos fundos) guarnecidas de lambrequins[2]".

[1] Artefato originário da Europa cuja função era conduzir e escoar a água pluvial, além de proteger a estrutura de madeiramento das casas. Em Curitiba, os lambrequins se disseminaram no início do século XX, em áreas de maior influência de colonos europeus. As peças eram confeccionadas em madeira, mediam aproximadamente quarenta centímetros de comprimento e adornavam frequentemente as edificações de tábuas, embora fossem encontradas em construções de alvenaria (IMAGUIRE JÚNIOR, 1976).

[2] A autora optou por transcrever a legislação conforme a gramática do período.

A preocupação estética da municipalidade era voltada, sobretudo, à fachada, uma vez que as abas dos fundos, onde ninguém vê, não necessitavam adornos.

Dado o exposto, o Código de Posturas de 1919, sancionado pela Lei Municipal n.º 521, reforçou a divisão da cidade em zonas concêntricas que partiam do centro em direção aos arrabaldes periféricos. A primeira zona, definida como urbana, abrangia a área delimitada pelo quadro urbano estabelecido ainda em 1903, conforme apresentado anteriormente na Figura 1. Nesta área, a hierarquização do espaço era definida a partir da distância em relação ao centro que se convertia em três anéis concêntricos. A zona suburbana abrangia a faixa de um quilometro além das demarcações estabelecidas pelo quadro urbano, enquanto o rocio se estendia entre os limites suburbanos e os limites territoriais do município.

A seção número IV das Posturas de 1919 foi inteiramente dedicada à construção das casas de madeira no município, o Art.60 reforçou legislações anteriores, pontuando que a primeira zona do quadro urbano, "constituída pelas ruas e praças *principaes* da cidade, só é *permittida* a *construcção* de casas cujas paredes externas sejam de alvenaria". Ainda, enquanto a exigência do recuo para as edificações em alvenaria era de cinco metros, o alinhamento predial das casas de madeira em relação à rua dobrou para 10 metros, denotando claro desincentivo à construção das mesmas. Os Códigos de Posturas Municipais foram criados no século XIX, mais precisamente após a Independência do Brasil em relação à metrópole portuguesa. Eram instrumentos que intuíam a normatização da sociedade através da regulamentação de comportamentos dos indivíduos, para tanto, instauravam regras destinadas ao uso do espaço urbano (SCHMACHTENBERG, 2008).

Lefebvre (2001) pontua que, nas realidades urbanas definidas a partir da dependência em relação ao centro, as áreas periféricas podem ser interpretadas como urbanas. No entanto, caso a ordem seja determinada a partir da desvinculação perceptível entre a centralização e essas áreas, elas são desurbanizadas. Nesse sentido, no início do século XX, a 1º zona de Curitiba, ilustrada na (Figura 1)**,** reunia os aparatos mais modernos provenientes da urbanização, como, por exemplo: transporte público de tração animal, inaugurado em 1883 e substituído por bondes elétricos a partir de 1910, iluminação pública e calçamento nas principais ruas e praças da cidade. Para Abreu (1987, p.10), o conceito "periferização" remete mais do que a localização distante do centro: "O conceito inclui também a não acessibilidade ao consumo de bens e serviços que, embora produzidos socialmente pelo Estado, localizam-se apenas nas áreas mais privilegiadas (...)". A valorização do espaço indica à concepção de espaço enquanto mercadoria que se consagra na segregação espacial e reflete a diferenciação de classes, poder econômico, político e social (CARLOS, 2007). Nas palavras de Zukin (2000, p.205): "as cidades modernas sugerem duas paisagens urbanas contrastantes, que expressam paradigmaticamente a forma pela qual a paisagem dos poderosos coexiste com o vernacular dos sem poder".

Ao longo do século XX, diversas transformações reconfiguraram a morfologia urbana, entre elas, a consolidação do transporte motorizado que reduziu a proporção das distâncias e a expansão da urbanização que fomentou centralidades dispersas entre os bairros, convertendo espaços outrora desvalorizados em áreas valorizadas. Nesse sentido, as casas tradicionais de madeira ainda existentes reportam a outro momento da produção do espaço, no qual a industrialização caminhava a passos lentos, através da tecnologia impulsionada pelas serrarias que padronizaram a largura das tábuas e alastraram o referido padrão construtivo pela cidade. Em alguns casos, antecedem a verticalização — possibilitada pelo advento do concreto armado e de elevadores a partir de 1930 — que se disseminou pelo espaço urbano em confluência com o aproveitamento do solo instituído pelos zoneamentos.

No que diz respeito a configuração do espaço no presente, a partir dos inventários arquitetônicos das casas de madeira coordenados pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), em 2001, 2008 e 2016, foi constatado o paulatino desaparecimento do padrão construtivo das tábuas verticais e mata-juntas. O primeiro levantamento (IMAGUIRE JUNIOR; IMAGUIRE 2001), objetivava catalogar as edificações de madeira com o intuito de implementar medidas preservacionistas que jamais aconteceram. Em 2001, a listagem agregava noventa e sete casas tradicionais,

das quais atualmente restam apenas vinte e oito. Trata-se, portanto, de uma amostragem, um fragmento, que não contempla a realidade absoluta das casas de tábuas verticais e mata-juntas espalhadas por Curitiba, mas indica uma tendência ao desaparecimento quase completo de um modo de habitar e apropriar-se do espaço.

2. CAMINHO METODOLÓGICO

A metodologia implementada nesta pesquisa se estruturou a partir da dialética passado/presente, norteada pelas bases teóricas do método regressivo-progressivo, que propõe a imersão ao passado como ferramenta capaz de decodificar relações sociais e configurações materiais impressas no espaço do presente. O método regressivo-progressivo, explicitado por Henri Lefebvre (1978; 2011), propõe a análise da historicidade dos processos sociais em contextos rurais ou urbanos, agregando aspectos físicos, econômicos, sociais e demográficos, para compreender o presente (FREHSE, 2001).

Segundo Lefebvre (2011), a realidade social é atravessada por uma dupla complexidade que se estende horizontal e verticalmente. O momento denominado pelo filósofo como horizontal deve: "ser reconhecido na descrição do visível. Cabe ao pesquisador reconstituir, a partir de um olhar teoricamente informado, a diversidade das relações sociais, identificando e descrevendo o que vê" (MARTINS, 1996, p. 22).

A heterogeneidade temporal, expressa a partir da relação espacial em uma mesma época histórica, é denominada por Lefebvre (2011) como complexidade vertical e corresponde ao segundo momento de aplicação do método, designado analítico-regressivo. A verticalidade envolve relações sociais cuja gênese abrange períodos históricos distintos que coexistem contemporaneamente, nesta etapa os esforços do pesquisador direcionam-se a datação das mesmas.

Em outras palavras, no âmbito espacial coabitam diversas temporalidades históricas expressas contraditoriamente nas relações sociais e materiais, emaranhando o presente e o passado. O desenvolvimento dos fenômenos temporais, segundo Silva (2015, p.35): "não se faz de forma contínua, ou seja, sua gênese não se estabelece como passagem, mas como ruptura e o que rompeu se põe como momento e se constitui como elemento particularizador do presente".

O espaço, portanto, é palco de transformações contemporâneas em concomitância com o pretérito. Por exemplo, em Curitiba, o (Art.104) dos Código de Posturas de 1919, proibiu veículos de tração animal de caminhar em velocidade superior a de um cavalo a trote largo. A mesma legislação, determinou anteriormente no (Art.103), como os freios dos bondes deveriam ser revisados periodicamente para percorrerem a cidade. Nesse contexto, a rua era atravessada pela existência de carroças, meio de transporte predominante, e os ainda incipientes veículos motorizados, denotando a coexistência de modos de usos que demarcavam temporalidades distintas no mesmo espaço-tempo.

Ademais, o Código de Posturas de 1919 possibilita um vislumbre da mentalidade em relação às casas de madeira nas duas primeiras décadas do século XX e como estas edificações se distribuíram pelo espaço urbano. As temporalidades e modos de uso que coexistem no espaço geográfico, muitas vezes, são delineados a partir da atuação do Estado que, embora seja uma abstração, por intermédio de poderes políticos e das forças armadas, torna-se concretude expressa na vida cotidiana dos indivíduos (LEFEBVRE, 2002).

Nessa concepção, o Estado é um marco de poder que direciona as decisões, intuindo beneficiar os interesses das minorias de tal modo, que estes passam a representar os interesses gerais. O denominado espaço abstrato é o espaço de manipulação das autoridades e denota o esvaziamento da criatividade, a redução do vivido. No entanto, este espaço não pode ser definido como homogêneo, embora tenha a homogeneidade enquanto meta (LEFEBVRE, 2013). É através do espaço que o poder central se impõe e contemporaneamente, o Estado atua no processo de produção e reprodução do espaço, pelo intermédio de normatizações, planejamentos urbanos, planos diretores, investimentos em determinadas áreas e revitalizações que direcionam a hierarquização do espaço (CARLOS, 2018).

Através da planificação funcional urbanista, o ceifar da criatividade se alastrou ao longo do século XX. Nesse sentido, Lefebvre (2001) propõe os conceitos de habitar e habitat. O primeiro termo remete à vida, à possibilidade da cidade como intermediária da apropriação do espaço pelo uso. Habitar significa participar de uma comunidade, nutrir uma vida social. Portanto, não se limita à casa, mas se expande à vida urbana, o modo como se vive concretamente a cidade. Em contrapartida, o habitat se projeta pelo urbanismo e planificação como funcionalidade. É reduzido a objeto econômico, operacional, mecânico e limita o indivíduo a se alojar em determinado lugar, não necessariamente a habitar o lugar (PADUA, 2019).

Em confluência com o método regressivo-progressivo, o retorno metodológico ao presente emerge a partir dos inventários arquitetônicos das casas de madeira coordenados pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) nos anos 2001, 2008 e 2016 (IMAGUIRE JUNIOR, 2001; IPPUC, 2008; 2016). O primeiro inventário arquitetônico das casas tradicionais reuniu noventa e quatro casas residenciais, uma igreja, dois barracões e três armazéns de secos e molhados. Devido à proposta de uso destoante das demais, a autora da presente pesquisa, por questões metodológicas, optou por excluir da análise os barracões e a igreja, restando noventa e sete edificações.

No âmbito da Geografia, o trabalho empírico de campo "representa uma possibilidade concreta de contato direto entre pesquisador e realidade estudada, o que permite a apreensão de aspectos dificilmente vislumbrados através somente do trabalho em gabinete" (DA CRUZ, 1997, p. 93). Nesse sentido, os logradouros das noventa e sete casas foram visitados em trabalho de campo realizado em janeiro de 2023 e organizados a partir de um diário, no qual a pesquisadora, após visita e observação de cada um dos endereços, descreveu as principais características das localidades, realizou os registros fotográficos (por meio de aparelho celular) e anotou suas respectivas localizações geográficas (latitude e longitude), intuindo a obtenção das coordenadas para a futura confecção de mapas. No entanto, apesar de todo o esforço, não foi possível encontrar cinco endereços, devido a alterações na numeração dos logradouros ou fragmentação dos lotes.

Os arrolamentos da arquitetura tradicional de madeira, coordenados pelo IPPUC, não representam a realidade absoluta das edificações disseminadas pela paisagem de Curitiba. Competem a uma porcentagem ínfima, selecionada com o propósito de suportar o translado para a inconclusa Vila da Madeira — projeto que objetivava a relocação de trinta edificações tradicionais para o chamado Parque Atuba, na região norte de Curitiba — portanto, reuniu casas cuja estrutura arquitetônica estivesse em bom estado de conservação. A autora da presente pesquisa optou por trabalhar com os inventários coordenados pelo IPPUC, devido à seleção executada por arquitetos que possuíam ferramentas metodológicas adequadas para a listagem das casas tradicionais.

As imagens fotográficas elencadas nos referidos inventários arquitetônicos foram utilizadas como ferramenta metodológica para a análise da transformação urbana em Curitiba, entre 2001-2023, tendo as casas tradicionais como base. A partir das coletas de registros fotográficos realizados em trabalho de campo e das imagens anteriores anexadas aos arrolamentos do IPPUC, foi possível estabelecer transformações urbanas, isto é, a contrastante relação entre o antes e o depois, a partir dos acervos fotográficos. A título de exemplo, segue a **(Figura 2)**, que retrata uma casa tradicional em estilo modernista, situada na Rua Canadá, pertencente ao eixo estrutural norte de Curitiba, em contraste com a imagem à direita que representa o mesmo terreno cuja casa existiu, a venda em 2023.

A temática dos vazios urbanos é abrangente e variável entre as linhas teóricas que a preconizam. Por isso, para os fins de análise desta pesquisa, os vazios urbanos referem-se a áreas desocupadas no interior da malha urbana (EBNER,1999). Em outras palavras, após a demolição de uma casa tradicional de madeira, o lote pode converter-se em um vazio urbano sem nenhuma construção ou uso. Além disso, pode transformar-se em área vacante produtiva economicamente, gerando rendimentos, como no caso dos estacionamentos. Apesar dos usos distintos, ambos os casos caracterizam espaços especulativos que buscam benefício em relação à valorização fundiária, espacial e urbana.

Figura 2: Fotografia de casa tradicional de madeira em 2008 (à esquerda) e vazio urbano em 2023 (à direita)

Fonte: À esquerda, IPPUC, (2008). À direita, elaborado pela autora, (2023).

Todos os endereços envolvidos no trabalho de campo foram fotografados e catalogados durante a investigação, que definiu de forma empírica os usos e atividades que substituíram as casas tradicionais no espaço urbano de Curitiba, a partir das seguintes categorias: serviços, prédios, residências horizontais e vazios urbanos. No caso das construções existentes, a designação utilizada foi: casas residuais[3] A identificação dos bairros na cidade seguiu o padrão cartográfico e cadastral utilizado e disponibilizado pela Prefeitura de Curitiba (IPPUC, 2023).

3. RESULTADOS

A materialidade do espaço é produzida pelo trabalho de homens e mulheres ao longo do tempo e expressa transformações ininterruptas. Sob outra perspectiva, no espaço se desenrola a subjetividade, os simbolismos, a intangibilidade das relações sociais e os antagonismos que permeiam o cotidiano. Desse modo, o espaço reúne dimensões materiais e concomitantemente imateriais e de acordo com Soja (2000, p.06): "as nossas ações e pensamentos modelam o espaço, mas, ao mesmo tempo, os espaços mais amplos coletiva ou socialmente produzidos nos quais vivemos também modelam as nossas ações e pensamentos".

Por conseguinte, as transformações na morfologia da cidade revelam mudanças que não se limitam ao aspecto da materialidade, mas abrangem intangibilidades como, por exemplo, ritmos temporais destoantes e coexistentes, simbolismos, características do modo de produção, particularidades relacionadas ao habitar e sociabilidades. Concernente às readequações de uso a partir das casas tradicionais de madeira, foi constatado em trabalho empírico de campo, que após a demolição, 15% do total analisado se reconfigurou enquanto estabelecimento terciário abrangendo uma extensão diversificada que agregou: hamburgueria, loteria, distribuidora de bebidas, papelaria, loja de material de construção, espaços destinados à venda de veículos seminovos, prédios para locação de salas comerciais, consultório de advocacia, unidade de atendimento otorrinolaringologista, prédio pertencente a uma universidade privada e por fim uma agropecuária.

Houve um único caso, no qual, o lote que agregava uma casa tradicional foi transformado em agência bancária, atualmente sediada no bairro Água Verde. Segundo Sicsú e Crocco (2003), as

[3] O termo utilizado remete a reflexão lefebvriana em relação aos resíduos. De acordo com essa vertente filosófica, a totalidade escapa a compreensão teórica gerando elementos residuais. Além disso, Lefebvre aponta para a existência de resíduos que permeiam o âmbito da linguagem, abrangendo também a linguagem musical e matemática, resíduos da análise ahistórica e por fim, os resíduos da análise da sociedade capitalista. Segundo a interpretação de Fioravanti (2013, p.08), embasada nas premissas lefebvrianas os: "resíduos, do ponto de vista da política é o que existe de mais precioso, já que roem, destroem por dentro, fazem explodir os sistemas que querem absorvê-los". Desse modo, os resíduos são elementos com potencial revolucionário que possibilitam a articulação do irredutível.

agências bancárias são instauradas em determinada localização em confluência com a proporção do Produto Interno Bruto (PIB). No entanto, existe um piso que indica se uma área terá pelo menos uma agência bancária. Em Curitiba, com o intuito de fortalecer o mercado da erva-mate, somente em 1916 foi instituída na Praça Tiradentes uma agência pertencente ao Banco do Brasil.

No final do século XIX, fazendeiros e chacareiros habitavam a área designada, outrora, como Rio Água Verde. O topônimo referia-se a um flúmen de coloração esverdeada, devido à vegetação acumulada nas bordas do leito, que entremeava a região. Em 1858, nos limítrofes que atualmente competem ao bairro Água Verde, foi fundada a Colônia Dantas, por intermédio da atuação do presidente da Província do Paraná Adolfo Lamenha Lins, que estimulou a vinda de imigrantes italianos para o estado. Diversos colonos receberam cartas de aforamento do município como incentivo para o desenvolvimento de atividades agrícolas e comerciais.

Ao longo do século XX, as chácaras dos colonos foram loteadas e atualmente os domicílios do bairro Água Verde possuem uma renda média entre R$ 5.000,00 e 7.594,54 (IPPUC, 2015) e usufruem da infraestrutura financeira de aproximadamente doze agências bancárias dispersas pelo bairro. À esquerda, a **(Figura 3)** ilustra uma casa tradicional de madeira demolida entre 2001-2008. À direita, a imagem evidencia a atual agência do Banco Bradesco, situada na Avenida Água Verde, logradouro que também concentra instituições financeiras da Caixa Econômica Federal, Santander, Itaú e Banco do Brasil.

Figura 3: À esquerda, casa tradicional no Água Verde, 2001. À direita, Banco Bradesco, 2023

Fonte: À esquerda, IPPUC, (2001). À direita**,** elaborado pela autora, (2023).

Harvey (1992) salienta que a modernidade é demarcada pela "destruição criativa" que impõe a ruptura em relação às conjunturas históricas precedentes. Para edificar um mundo moderno torna-se premissa destruir o construído até então, resultando em formas arquitetônicas pobres de simbolismos e paisagens urbanas restringidas pela uniformidade imposta por zoneamentos funcionais, aglomerados em setor de escritórios, setor comercial, setor central, alas residenciais e subúrbios que refletem um mesmo uso numa zona urbana específica.

A paisagem revela a natureza social da historicidade e o dinamismo determinado pelo desenvolvimento que o capital impõe a produção e reprodução do espaço (CARLOS, 1986). A metropolização associada a reprodução do capital por intermédio da fragmentação do espaço resultou na dispersão do tempo, uma vez que, o sentido de obra, incutido pela aspiração da longa duração e perenidade que se expressava na morfologia urbana, é arrasado pela velocidade de transformações abruptas e contínuas. Nessa perspectiva, Carlos (2018) aponta que o tempo lento demarcado pela acumulação das ações humanas colapsa diante da linearidade do tempo de "curta duração" imposto pela reprodução do capital.

A fugacidade altera a espessura do tempo tornando-o disperso. Nas metrópoles, os indivíduos são imersos por uma teia de metamorfoses que arrasa referenciais construídos no transcorrer de

décadas, tornando o tempo efêmero — demarcador da contradição entre o tempo de vida dos indivíduos e o tempo da morfologia urbana, submetida ao ritmo de transformações abruptas e contínuas — e o espaço amnésico, sem passado ou memória (CARLOS, 2001). As formas fluídas da morfologia urbana nas metrópoles produzem o estranhamento em relação ao espaço em permanente transformação e, além disso, desmantelam as relações sociais, tornando o outro, quase sempre, anônimo. Conforme o senhor Amadeu, entrevistado por Ecléa Bosi (1987, p. 117): "Nas ruas do centro as pessoas se cumprimentavam. Faz uns vinte anos que São Paulo ficou desse jeito". Nessa perspectiva, Jacob (2001, p.30) pontua: "Qualquer pessoa sente que os desconhecidos são muito mais presentes nas cidades grandes que os conhecidos – mais presentes não apenas nos locais de concentração popular, mas diante de qualquer casa".

Nessas condições, a cidade perde o caráter de obra humana, construída a partir do trabalho de gerações subsequentes, e o valor de troca se sobrepõe ao valor do uso. Para Lefebvre (2002, p.122), o capitalismo "encontrou um novo alento na conquista do espaço, em termos triviais, na especulação imobiliária, nas grandes obras (dentro e fora das cidades), na compra e na venda do espaço". Vizinhanças e bairros são pulverizados e o espaço de deslocamento dos indivíduos se aproxima a isotopia geométrica, isto é, áreas semelhantes concebidas a partir de planos ou imagens elaboradas por sujeitos, como, por exemplo, ruas em linhas retas e avenidas largas engendradas pela racionalidade estatal que preenche o solo equiparando-o a uma prancheta em branco, sem passado, sem vida (LEFEBVRE, 2001).

No que se refere à verticalização, atualmente 6% dos endereços visitados em trabalho empírico de campo correspondem a prédios. De acordo com Somekh (1997, p. 109), o capital imobiliário reivindica a multiplicação do solo urbano por intermédio da verticalização como tática de valorização e o "alto preço da terra e sua otimização não explica, por si só, a verticalização, mas exatamente essa nova estratégia do capital imobiliário. Além da terra, a forma urbana transforma-se em mercadoria". Na sequência, a **(Figura 4)** ilustra lotes definidos pelo zoneamento municipal, lei n.º 15.511/2019, como Zona Residencial 4 (ZR4), isto é, terrenos situados em áreas de média densidade de ocupação que no passado agregaram casas tradicionais e atualmente compreendem usos que convergem com a proposta do zoneamento.

Figura 4: Prédios nos bairros Ahú e Bigorrilho

Fonte: Elaborado pela autora, (2023).

A morfologia urbana reflete continuidades e descontinuidades, metamorfoses e estagnações, evidenciando concepções sociais em relação à produção do trabalho, o modo de habitar e a dinâmica da vida. Nesse sentido, foi constatado que 18% dos endereços visitados se transformaram em residências horizontais abrangendo: casas unitárias no terreno e condomínios fechados compostos por sobrados ou tríplex. Conforme o Estudo Tipológico das Casas de Araucária, coordenado pelo IPPUC em 2001, agrupamentos de moradias tradicionais igualitárias situadas lado a lado, eram comuns na paisagem urbana de Curitiba. Esta tendência está relacionada a construção em série, diretamente nos lotes, que exigia menor aprimoramento técnico em comparação às casas edificadas nas oficinas de carpintaria e posteriormente transportadas em caminhões. Conforme a **(Figura 5)**, no bairro São Lourenço, em 2001, existiam três casas tradicionais de madeira construídas seriamente e situadas lado a lado em terrenos amplos.

Figura 5: Casas tradicionais na Rua Nilo Peçanha, n.º 2048,2060,2070

Fonte: IPPUC, (2001).

A (Figura 5) evidencia que no começo do século XX, as referidas casas tradicionais de madeira eram unitárias nos lotes, posteriormente fragmentados em diversas unidades de sobrados, ilustrados a seguir na **(Figura 6)**.

Figura 6: Nilo Peçanha n.º 2048, 2060 e 2070, em 2023

Fonte: Elaborado pela autora, (2023).

Comparando as casas tradicionais e os condomínios fechados, é possível constatar que as árvores situadas na testada frontal dos terrenos desapareceram. Lefebvre (2002), esclarece que as

cidades produzem simulações da natureza por intermédio de jardins e parques. No entanto, esses espaços remetem a artificialidade da natureza fictícia que evoca símbolos como flores, árvores e ramos; signos que mascaram a ausência dissimulando a presença mediante representações ilusórias. À vista disso, nos sobrados da (Figura 6), a evocação do natural, a miragem da presença que camufla a ausência, evidencia-se nas trepadeiras do muro. Com exceção do último sobrado, ainda em construção, as janelas das edificações estão voltadas ao interior dos lotes, sem vista para a rua.

Em comparação aos muros baixos, quase ornamentais, das casas tradicionais de madeira (Figura 5), os condomínios fechados de sobrados prezam pela segurança das grades e dos paredões, em confluência com o adensamento humano que tornou a cidade um palco de desconhecidos. Em alguns casos, como citado na (Figura 6), o esvaziamento do sentido social da rua ecoa na disposição das formas arquitetônicas, cujas janelas são inteiramente voltadas para monotonia no interior dos lotes. Os terrenos, subdivididos, convergem com a premissa da pulverização do espaço de Lefebvre (2013), fragmentaram-se em diversas unidades, conforme as determinações de uso estabelecidas pelo zoneamento.

Finalmente, há uma similaridade entre as edificações do passado (Figura 5) e presente (Figura 6), uma vez que, em ambos os casos, as residências foram construídas serialmente tendo a homogeneidade como característica predominante. O universo construtivo das casas tradicionais abrangia, contraditoriamente, a homogeneidade mediante edificações em série, e a singularidade, por intermédio de casas com refinamento mais rebuscado, o que demandava maiores custos relacionados a qualidade das tábuas e ao transporte da estrutura em caminhões. As casas de madeira, homogêneas aos olhos dos legisladores das duas primeiras décadas do século XX, possuíam hierarquizações de *status* que se refletiam nas especificidades arquitetônicas implementadas pelos carpinteiros. Na sequência, em preto e branco, situado à esquerda, a **(Figura 7)** ilustra casas tradicionais de madeira, construídas serialmente no bairro Mercês em 1933, e à direita, uma casa tradicional com acabamentos mais detalhados.

Figura 7: À esquerda, casas tradicionais em série. À direita, casa tradicional com acabamentos mais detalhados

Fonte: À esquerda, Casa da Memória de Curitiba, (2023). À direita, a autora, (2023).

Entre as categorias que remetem aos usos atribuídos à espaços que outrora agregaram casas tradicionais, a mais expressiva estatisticamente refere-se aos vazios urbanos que contempla 25% do total. Os recursos metodológicos relacionados aos vazios urbanos são multifacetados e as interpretações destoam até mesmo quanto a nomenclatura do fenômeno*: tierras vacantes* em espanhol, *expectant lands* em inglês, *terrain vague, friches urbaines* em francês. Apesar da polissemia conceitual, os

vazios urbanos agregam áreas subaproveitadas que podem abranger terrenos vazios, edificações abandonadas ou ociosas.

De modo geral, os vazios urbanos abrangem áreas subaproveitadas cujas edificações podem ser inexistentes ou não. Em outras palavras, contemplam espaços ociosos em meio a malha urbana que não remetem necessariamente a terrenos vazios, mas edificações subutilizadas. Para Ebner (1999, p.69), os vazios urbanos indicam localidades desocupadas ou subutilizadas, portanto: "entrariam nesta definição não apenas as áreas absolutamente desocupadas, mas aquelas em que os proprietários constroem edificações mínimas em terrenos grandes onde instalam estacionamentos".

A base teórica que orientou este trabalhou partiu da premissa que os vazios urbanos agregam terrenos vagos e lotes transformados em estacionamentos para carros. Nesse sentido, foi constatado que vinte dos endereços visitados permaneceram vazios e três se readequaram em estacionamentos. Nessas circunstâncias, é possível presumir que às casas tradicionais foram demolidas devido ao baixo valor venal e as constantes demandas vinculadas a manutenção. Os terrenos vazios, independentemente da existência das placas de aluga-se ou vende-se, ostentam pontos de interrogação quanto aos usos que serão desempenhados futuramente.

No entanto, apesar das incertezas sobre as redefinições de uso, o solo urbano, embora não seja o capital, é uma condição para a produção e reprodução do mesmo, mensurável a partir do valor atribuído a localização. Nesse sentido, Villaça (1998, p. 72) aponta que a localização: "se apresenta como valor de uso da terra - dos lotes, das ruas, das praças, das praias, valor que no mercado, se traduz em preço da terra. Tal como qualquer valor, o da localização é dado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la". Em outras palavras, a disparidade entre os valores dos lotes urbanos situados em áreas centrais e periféricas, concerne à presença ou ausência de infraestrutura que resulta do acúmulo de trabalho. Todavia, embora as acessibilidades urbanas como, asfalto, transporte ou saneamento sejam derivantes do trabalho social, refletem questões políticas e econômicas que reforçam a hierarquização do espaço.

Para Ribeiro (1997, p. 39), "a terra é um bem não produzido, que, portanto não têm valor, mas que adquire um preço". Nessa perspectiva, os vazios urbanos remetem às disputas e antagonismos relacionados ao espaço da cidade, uma vez que, muitas vezes, estão cravados em áreas cuja infraestrutura é satisfatória, enquanto segmentos sociais menos abastados se aglutinam em lugares distantes e desprovidos de aparatos urbanos. Villaça (1998) aponta que a terra urbana, situada em localização privilegiada e ocupada por uma residência:

> (...) está com a realização de seu valor obstruída, entravada, por essa residência. Sua demolição, por exemplo, para nela construir um edifício de apartamentos, fará com que esse valor seja "liberado"; possibilitará atualizar o preço do terreno, tornando-o condizente com seu valor atual. A demolição, entretanto, é condição necessária, mas não suficiente para a atualização do preço. Esta só ocorre quando o terreno for efetivamente utilizado por uma atividade e um edifício condizentes com seu valor (VILAÇA,1998, p.79).

No que se refere às cidades, os lotes vazios e edificados não se desassociam em processos distintos, pelo contrário, compõem o mesmo panorama de aglomeração e produção do espaço urbano. Por fim, quanto às casas tradicionais residuais, em trabalho empírico de campo foi constatada a existência de três edificações revestidas com massa, portanto, descaracterizadas, uma estrutura realocada para outro endereço e vinte e oito casas tradicionais de madeira, das quais sete se readequaram a finalidade comercial.

Nestes casos, a permanência das estruturas arquitetônicas foi assegurada pelo uso terciário, no entanto, coexistindo com descontinuidades como a ruptura do ritmo temporal, o interstício do uso residencial e as transformações das dinâmicas que configuram a rua. A reformulação do uso promoveu a continuidade das referidas edificações e traduz metamorfoses subscritas no espaço. Para Angotti-Salgueiro (2003, p. 105) "A cidade não escapa da história. Todos os passados se encontram nela,

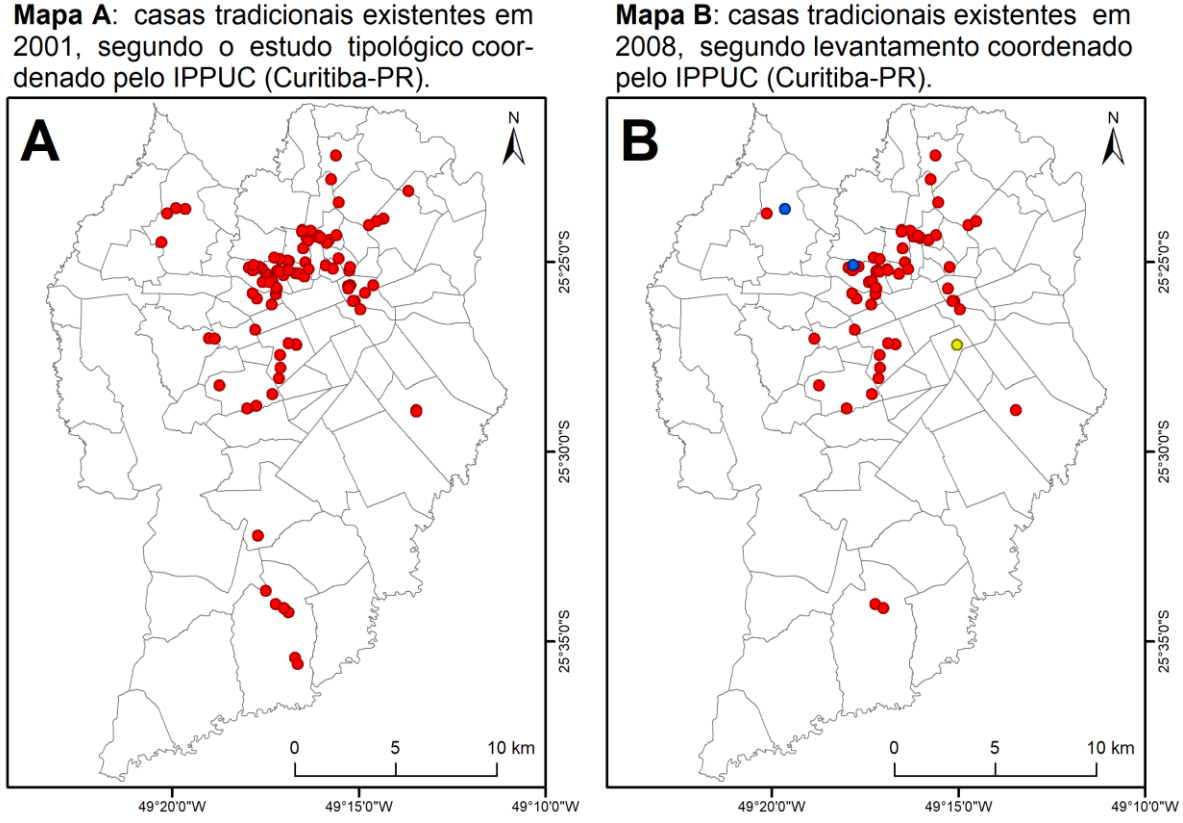
mesmo se permanecem despercebidos e mesmo se, associando-os em combinações novas e escalas diferentes, os homens acreditam que, a cada momento, estão organizando o presente".

Citada anteriormente, a edificação realocada refere-se à Casa Estrela, projetada e executada por Augusto Gonçalves de Castro, na década de 1930. O nome atribuído a estrutura remete ao formato geométrico da residência que alude ao esperanto, língua criada no século XIX pelo médico Ludwig Lazar Zamenhof que nomeia a rua na qual a casa situava-se antes da relocação. Além disso, a residência expressa a identificação do construtor com a Teosofia, cujo símbolo é uma estrela. Em 2006, teve início o processo de restauração e realocação da Casa Estrela para a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC), no bairro Prado Velho. Ademais, outras duas casas tradicionais foram apontadas como realocadas no inventário coordenado pelo IPPUC em 2008, no entanto, os técnicos da autarquia não souberam informar o paradeiro das referidas edificações de madeira.

Os levantamentos arquitetônicos objetivavam elencar casas tradicionais, espalhadas por toda a cidade, que fossem capazes de suportar um possível translado para a Vila da Madeira no parque Atuba. O projeto, a princípio, ambicionava a realocação de trinta edificações arquitetônicas para o parque. No entanto, mais de vinte anos depois, apenas uma casa foi transladada. Os inventários do IPPUC (2001,2008,2016) foram o desdobramento fracassado de preservação das antigas edificações de madeira e suas respectivas historicidades, visto que se limitaram a listagem das estruturas arquitetônicas sem o efetivo resguardo do que significavam em termos de urbanidade no passado e atualmente.

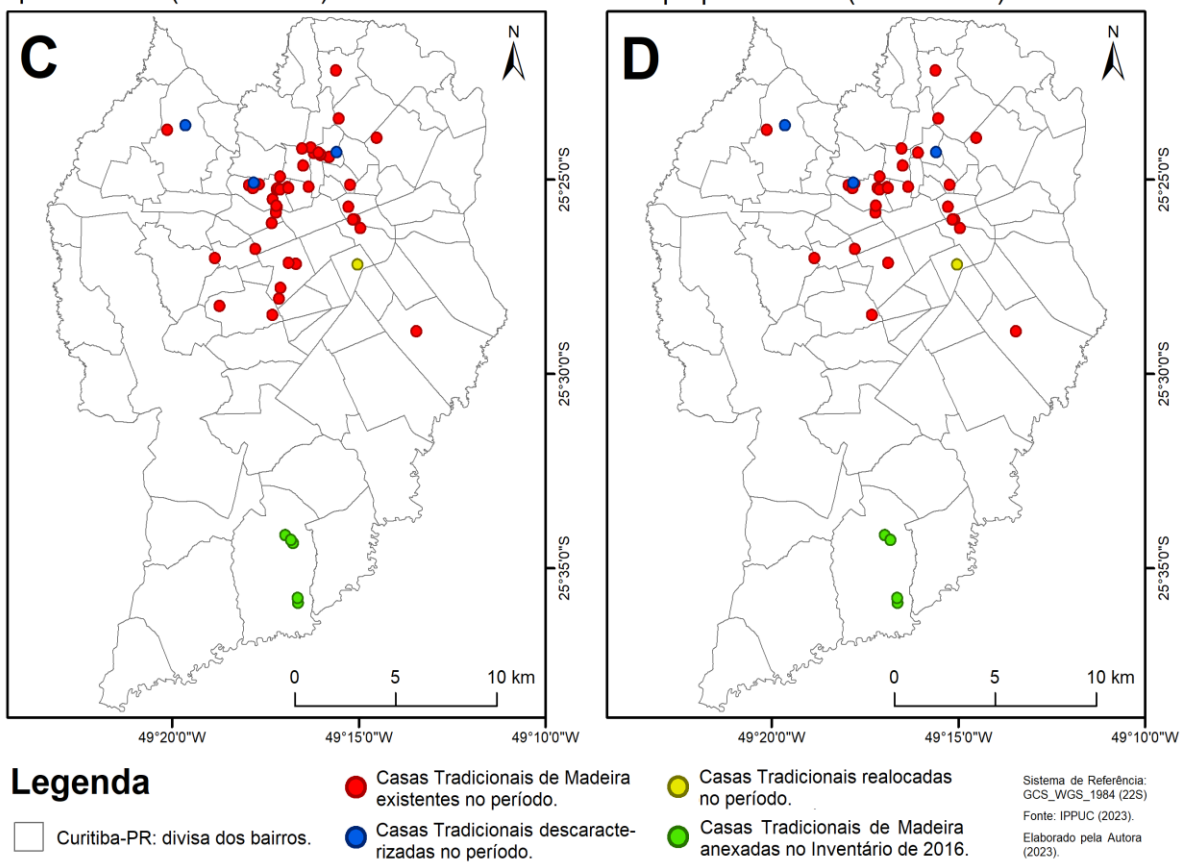
Em 2001, o primeiro levantamento arquitetônico reuniu noventa e sete edificações capazes de suportar o translado para a referida Vila da Madeira. Em 2023, através do trabalho empírico de campo, constatou-se a permanência de vinte e oito casas, ou seja: sessenta e nove residências tradicionais foram descaracterizadas, desapareceram ou foram demolidas em vinte e dois anos. Das cinco edificações situadas no Umbará e anexadas tardiamente, em 2016, quatro ainda existem. Resultando em trinta e duas casas. A seguir, a **(Figura 8)**, ilustra a velocidade do desaparecimento das casas tradicionais de madeira no espaço urbano de Curitiba entre 2001-2023.

Figura 8: Distribuição das casas tradicionais no espaço urbano de Curitiba



Mapa C: casas tradicionais existentes em 2016, segundo levantamento coordenado pelo IPPUC (Curitiba-PR).

Mapa D: casas tradicionais existentes em 2023, conforme levantamento realizado em campo pela autora (Curitiba-PR).



Fonte: Elaborado pela autora, (2023).

No Mapa A, os pontilhados em vermelho exemplificam a distribuição geográfica dos noventa e sete endereços arrolados pelo IPPUC em 2001, dos quais o maior conglomerado localizava-se no centro-norte da cidade, principalmente no bairro Mercês. No Mapa B, os sessenta e dois pontilhados vermelhos representam as edificações que não foram demolidas entre 2001-2008, enquanto os pontos azuis remetem às estruturas arquitetônicas revestidas com massa, portanto, descaracterizadas. A circunferência amarela ilustra a Casa Estrela após a realocação, situada no campus da PUC, no bairro Prado Velho. Além disso, é possível constatar que no Umbará, bairro situado no extremo sul da cidade e que possuía 8 casas no primeiro inventário, restavam apenas duas edificações tradicionais. Na sequência, o Mapa C evidencia que no Umbará, todas as edificações tradicionais arroladas no inventário do IPPUC de 2001 deixaram de existir. Os pontilhados em verde-limão remetem à cinco edificações pertencentes à listagem arquitetônica das casas de madeira de 2016, das quais atualmente restam quatro.

Por fim, no Mapa D, é possível notar, por intermédio dos pontos vermelhos, a existência de vinte e oito edificações residuais pertencentes ao inventário de 2001, quatro das cinco casas anexadas com base na listagem de 2016 em verde-limão, três estruturas descaracterizadas e uma realocação. Em 2001, o bairro Mercês, por exemplo, agregava vinte e três edificações tradicionais, o maior contingente entre os bairros listados, dos quais, atualmente restam nove. No bairro Água Verde sobrou apenas uma das seis casas catalogadas no começo do século XXI. Em 2001, no bairro Ahú existiam oito edificações tradicionais de madeira, das quais seis foram derrubadas, uma está à venda e outra foi descaracterizada com massa. No Alto da XV, das quatro casas que pertenciam à listagem, existe

uma residual. Em contrapartida, no Jardim Botânico a única residência listada em 2001 permaneceu intacta, como uma afronta ao transcorrer do tempo.

Ao que tudo indica, nas próximas décadas, as casas tradicionais cujos lambrequins são exaltados em verso e prosa, serão objeto de alusão circunscrito a imagens pertencentes ao passado. O tempo lento, o contato com a terra e as hortaliças plantadas na horta, parecem estar em processo de irrevogável substituição, a partir de uma racionalidade na qual o espaço é esmiuçado, fracionado e por fim, concretado. As casas tradicionais que ainda restam materializam dinâmicas de uso cada dia mais distantes e pulverizadas, diante de uma lógica produtiva-reprodutiva cuja homogeneização é quase uma regra.

Como dito anteriormente, as transformações na morfologia urbana não se limitam às mudanças materiais, também compreendem dimensões imateriais que remetem à velocidade do tempo vivenciada pelos indivíduos na cidade. Símbolos que reportam a uma temporalidade lenta são substituídos paulatinamente por elementos que denotam a passagem de um tempo mais veloz. As veredas cedem espaço a ruas largas, fragmentadas em diversas faixas que acoplam a passagem de seis ou sete veículos simultaneamente, evidenciando, através da morfologia as mudanças materiais, mas também transformações que sinalizam a intangibilidade de uma dinâmica temporal mais veloz vivenciada coletivamente, cujo deslocamento ágil é premissa fundamental.

5. CONCLUSÃO

A morfologia urbana não se resume a materialidade consubstanciada no espaço, ela traduz concepções sociais relacionadas ao modo de produção, ao ritmo da vida que se desdobra cotidianamente, ao habitar ou habitat. As casas tradicionais de madeira reportam a outro momento da produção do espaço, no qual a horizontalidade predominava e as longínquas curvas da serra do mar eram observáveis, não se limitando a vislumbres entrecortados em áreas específicas da cidade. Do mesmo modo, o ritmo do trotar de carroças, conduzidas por imigrantes que atravessavam os arrabaldes em direção ao centro, em nome das boas vendas e da sobrevivência, era a realidade sobressalente em relação aos veículos motorizados. A predominância arquitetônica que repercute na morfologia urbana revela características circunscritas em determinado espaço-tempo. Nesse sentido, as casas tradicionais que ainda existem configuram-se como elementos residuais que progressivamente desaparecem do espaço.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução urbana no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, 1987.

ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana. A cidade, artefato cultural do tempo e do espaço. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inés Geraiges (Org.). **Dilemas Urbanos**. São Paulo: Editora Contexto, 2003. p. 105-109.

BATISTA, Fábio Domingos. **A tecnologia construtiva em madeira na região de Curitiba:** da casa tradicional à contemporânea. 2007. 181 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis, 2007. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/90136. Acesso em: 12 set. 2023.

BENKENDORF, Carlos Augusto. Embriaguez, desordem e controle social em Curitiba. **Boletim do Departamento de História da UFPR**, Curitiba, v. 1, p. 60-97, 1989.

BERRIEL, Andréa. **Tectônica e poética das casas de tábuas.** Curitiba: Instituto Arquibrasil, 2011.

BOSI, Ecléa**. Memória e sociedade:** lembranças de velhos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **(Re)produção do espaço urbano**: o caso de Cotia. 1986. Tese (Doutorado em Geografia) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo na metrópole:** a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo.** São Paulo: FFLCH, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O espaço-tempo da práxis urbana na modernidade. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 100, p. 1-16, 2018.

CASA DA MEMÓRIA. **Casas de madeira em série no bairro Mercês, 1933**: as residências foram construídas por Júlio Mann. Disponível em: https://www.curitiba.pr.gov.br/servicos/casa-da-memoria-documentacao-e-multimeios/476. Acesso em: 01 jul. 2023.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo.** São Paulo: Perspectiva, 2003.

CORREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CURITIBA. **Leis, Decretos e Actos, 1902 a 1906**. Lei Municipal nº 117, de 8 de outubro de 1903, e Lei Municipal n.º 177, de 30 de abril de 1906. Curitiba, PR, 30 abr. 1906. Disponível em: https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/nossa-memoria/legislacoes-de-1902-a-1945/1-leis_atos_e_decretos_curitiba_ano_1902_a_1906.pdf. Acesso em: 16 ago. 2024a.

CURITIBA. **Código de posturas do município de Curitiba**. Lei Municipal nº 527, de 27 de janeiro de 1919. Curitiba, PR, 27 jan. 1919. Disponível em: https://pergamum.curitiba.pr.gov.br/acervo/72696. Acesso em: 17 ago. 2024b.

CURITIBA. **Câmara Municipal de Curitiba**. Leis municipais de Curitiba. Disponível em: https://www.curitiba.pr.leg.br/atividade-parlamentar/legislacao. Acesso em: 20 ago. 2024c.

DA CRUZ, Rita de Cássia Ariza. Os caminhos da pesquisa de campo em geografia. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 1, n. 1, p. 93-97, 1997.

DUDEQUE, Irã Taborda. **Espirais de madeira:** uma história da arquitetura de Curitiba. Curitiba: Studio Nobel, 2001.

EBNER, Íris de Almeida Rezende. **Vazios urbanos**: uma abordagem do ambiente construído. 1997. Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais e Urbanas) — Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

FIORAVANTI, Lívia Maschio. Reflexões sobre o "direito à cidade" em Henri Lefebvre: obstáculos e superações. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, v. 2, n. 2, p. 173-184, 2013.

FREHSE, Fraya. Potencialidades do método regressivo-progressivo: pensar a cidade, pensar a história. **Tempo social**, v. 13, p. 169-184, 2001.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

IMAGUIRE JÚNIOR, Key**.** O Lambrequim. Curitiba. **Boletim informativo da Casa Romário Martins.** Fundação Cultural de Curitiba, v. 3, n. 17, 1976.

IMAGUIRE JÚNIOR, Key; IMAGUIRE, Marialba Rocha Gaspar. **A Casa de Araucária:** Estudo Tipológico. Curitiba: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC, 2001.

IPPUC. **Levantamento das Casas de Araucária.** Curitiba: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC, 2008.

IPPUC. **Nosso Bairro:** Água Verde. Curitiba: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC, 2015.

IPPUC. **Casas de Madeira em Curitiba.** Curitiba: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC, 2016.

IPPUC. **Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba**. Disponível em: https://ippuc.org.br/. Acesso em: 17 jul. 2023.

JACOBS, Jane. **Morte e vida das grandes cidades.** São Paulo: Martim Fontes, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Península, 1978.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana.** Tradução de Sérgio Martins e revisão técnica de Margarida Maria de Andrade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **O Vale de Campan:** estudo de sociologia rural. Tradução de Ana Cristina Mota Silva e Anselmo Alfredo. São Paulo: Edusp, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing Libros, 2013.

MARTINS, José de Souza. **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MEMÓRIA URBANA. **Memória Urbana de Curitiba e do Paraná**. Disponível em: https://www.memoriaurbana.com.br/. Acesso em: 21 mai. 2023.

MORE. **Mecanismo online para referências, versão 2.0**. Florianópolis: UFSC: Rexlab, 2013. Disponível em: http://www.more.ufsc.br/. Acesso em: 22 ago. 2024.

PADUA, Rafael Faleiros. O habitar como horizonte utópico. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 23, n. 3, p. 478-493, 2019.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **Dos cortiços aos condomínios fechados:** as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Record, 1996.

SCHMACHTENBERG, R. Código de posturas e regulamentos: vigiar, controlar e punir. In: IX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 2008, Porto Alegre - RS. **Vestígios do passado**: a história e suas fontes. Porto Alegre - RS: ANPUH-RS, 2008. v. 1, p. 1-13.

SICSÚ, João; CROCCO, Marco. Em busca de uma teoria da localização das agências bancárias: algumas evidências do caso brasileiro. **Economia**, v. 4, n. 1, p. 85-112, 2003.

SILVA, Ana Cristina Mota. A contribuição do método regressivo-progressivo na análise de Henri Lefebvre: o Vale de Campan – estudo de sociologia rural. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 19, n. 1, p. 025-043, 2015.

SOJA, Edward. **Postmetrópolis:** estudios críticos sobre las ciudades y las regiones. Madrid: Traficantes de Sueños, 2008.

SOMEKH, Nadia. **A cidade vertical e o urbanismo modernizador:** São Paulo 1920-1939. 1997. Tese (Doutorado) — Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1997.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio nobel, 1998

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós modernas: mapeando cultura e poder. Paisagens do século XXI: notas sobre a mudança social e o espaço urbano. In: ARANTES, Antônio (Org). **O espaço da diferença**. Campinas (SP): Papirus, 2000.

Informações sobre a Licença

Este é um artigo de acesso aberto distribuído nos termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

License Information

This is an open access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which allows for unrestricted use, distribution and reproduction in any medium, as long as the original work is properly cited.